

Amortização acumulada	Softwares	Marcas e patentes	Intangível em Curso	Total
Saldo em 31/12/2015	(5.380)	-	-	(5.380)
Adições	(2.697)	-	-	(2.697)
Baixas	998	-	-	998
Saldo em 31/12/2016	(7.079)	-	-	(7.079)
Adição	(3.694)	-	-	(3.694)
Baixas	166	-	-	166
Saldo em 31/12/2017	(10.607)	-	-	(10.607)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	14.166	145	11	14.322
Saldo em 31 de dezembro de 2017	11.349	146	31	11.526

10. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os saldos de fornecedores, nos montantes de R\$ 2.017 e R\$ 1.436, respectivamente, referem-se basicamente a contas a pagar a fornecedores de publicidade, equipamentos e prestadores de serviços de segurança e vigilância, limpeza e conservação, consultoria de recrutamento, direitos autorais, entre outros. O prazo médio de pagamento de fornecedores é de 20 dias.

11. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	2017	2016
Provisão para férias e encargos	5.721	5.629
Gratificações e PPR	11.441	9.784
Fator Acidentário de Prevenção (FAP)	8.827	7.408
Outras obrigações sociais e trabalhistas	2.454	2.498
	<u>28.443</u>	<u>25.319</u>

12. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	2017	2016
PIS e COFINS	2.215	1.914
Imposto de renda e contribuição social	3.060	893
Outros tributos a recolher	1.487	1.639
	<u>6.762</u>	<u>4.446</u>

13. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

(a) Riscos provisionados

Com base na análise individual dos processos impetrados contra a Companhia e suportados por opinião de seus consultores jurídicos, foram constituídas provisões no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis, demonstradas a seguir:

	2016	Adições	Baixas	Atualização monetária	2017
Cíveis (i)	112	9	-	-	121
Trabalhistas (ii)	5.728	2.357	(2.707)	47	5.425
	<u>5.840</u>	<u>2.366</u>	<u>(2.707)</u>	<u>47</u>	<u>5.546</u>
(-) Depósitos judiciais vinculados a contingências passivas	(1.655)	(376)	7	(26)	(2.050)
	<u>4.185</u>	<u>1.990</u>	<u>(2.700)</u>	<u>21</u>	<u>3.496</u>

(i) Referem-se principalmente a reclamatórias cíveis relacionadas a danos morais e materiais decorrentes de questionamentos por supostas publicações de reportagens/matérias veiculadas.

(ii) Referem-se principalmente a pedidos de horas extras, seguro desemprego, danos morais, comissões, prêmios de vendas, participações nos lucros, entre outros pedidos.

(b) Contingências possíveis

Há também outros processos ou autuações fiscais que ocorreram no curso normal dos negócios. A Companhia, com base na opinião de seus advogados, considera que um resultado desfavorável é possível e, portanto, não efetua provisão para estes riscos.

	2017	2016
Trabalhistas (i)	6.874	1.315
Cíveis (ii)	883	241
Tributárias (iii)	8.584	7.429
Total das causas possíveis	<u>16.341</u>	<u>8.985</u>

i) Contemplam reclamatórias trabalhistas de ex-funcionários, os quais envolvem pedidos de hora extra, seguro desemprego, danos morais, comissões, prêmios de vendas, participação nos lucros, entre outros pedidos.

(ii) Contemplam em sua grande maioria diversas reclamatórias cíveis relacionadas a danos morais e materiais decorrentes de questionamentos por supostas publicações incorretas de anúncios veiculados.

(iii) São processos na esfera administrativa, relacionados a habilitação de créditos tributários.

14. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Movimentação dos depósitos judiciais registrados no ativo:

	2016	Adições	Atualização monetária	2017
INSS INCRA	1.414	91	89	1.594
INSS SESC (ii)	2.235	-	87	2.322
Fator Acidentário de Prevenção (FAP) (i)	7.225	870	563	8.658
Outros	1.309	263	101	1.673
	<u>12.183</u>	<u>1.224</u>	<u>840</u>	<u>14.247</u>

	2015	Adições	Atualização monetária	2016
INSS INCRA	1.183	121	110	1.414
INSS SESC (ii)	2.115	-	120	2.235
Fator Acidentário de Prevenção (FAP) (i)	5.476	1.091	658	7.225
Outros	855	347	107	1.309
	<u>9.629</u>	<u>1.559</u>	<u>995</u>	<u>12.183</u>

(i) Refere-se a Ação Ordinária nº 5002214-27.2010.401.7000, tendo como ré a União Federal, em que se postula o reconhecimento da inconstitucionalidade e a ilegalidade da exigência da majoração da alíquota da contribuição ao SAT/RAT e da sua flexibilidade pelo FAP. tal qual preconizam a Lei nº 10.666/03 os Decretos nº s 6.042/07 e 6.957/09 e as Resoluções CNPS nº 1.308. e 1.309. A Companhia possui um passivo registrado na rubrica de "Obrigações sociais e trabalhistas".

(ii) Refere-se substancialmente a ação judicial cujo objetivo era ser reconhecida a inexistência da contribuição ao SESC (Serviço Social do Comércio), a qual era cobrada das empresas, a alíquota de 1,5% sobre a folha de salários mensal, inclusa no valor de "terceiros" arrecadada pela Secretária da Receita Federal do Brasil. Pleito que incluiu os depósitos judiciais feitos pela Companhia e a devolução dos valores recolhidos nos últimos 10 anos anteriores ao ajuizamento. Em 20 de junho de 2011 ocorreu o trânsito em julgado do último recurso ainda pendente, que deu parecer favorável a todo o pleito da Companhia, não cabendo mais qualquer recurso. Em 2013 ocorreu o retorno parcial destes valores.

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

(a) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

A Administração da Companhia possui créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias. A Administração pode estimar com razoável segurança os lucros tributáveis futuros para os próximos cinco anos que garantem a compensação dos referidos créditos tributários existentes na data do balanço, conforme composição abaixo:

	2017	2016
Diferenças temporárias		
Ativas		
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.	5.546	5.840
Provisão para participações nos lucros	11.441	9.784
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	159	1.074
Provisão para comissões e bonificação de volume	1.687	1.249
Outras provisões	33	207
Passivas		
Depreciação vida útil	(2.110)	(1.121)
	<u>16.756</u>	<u>17.033</u>
Alíquota efetiva	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto diferido ativo, líquido	<u>5.697</u>	<u>5.791</u>

Os passivos e ativos diferidos de imposto de renda e da contribuição social, decorrentes de diferenças temporárias, são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a realização provável desses tributos, a partir de projeções de resultados futuros elaborados com base em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto sofrer alterações.

(b) Reconciliação do cálculo do imposto de renda e contribuição social:

	2017	2016
Resultado antes do IRPJ e CSLL	72.755	73.420
Alíquota - %	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social aplicados à alíquota	<u>24.737</u>	<u>24.963</u>
Compensação de propaganda eleitoral	(12.492)	(19.395)
Perdão de dívida da Gazeta do Povo	4.798	-
Outros	267	675
	<u>17.310</u>	<u>6.243</u>
Imposto de renda corrente	17.216	11.297
Imposto de renda diferido	94	(5.054)

16 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 o capital social é de R\$ 16.696, composto por 13.800 ações ordinárias sem valor nominal, assim distribuídas:

	2017		2016	
	Participação - %	Quantidade de ações	Participação - %	Quantidade de ações
Convergência Participações S.A.	49,99	6.899.999	49,99	6.899.999
Matelski Participações Ltda.	50,00	6.900.000	50,00	6.900.000
Outros	0,01	1	0,01	1
	<u>100,00</u>	<u>13.800.000</u>	<u>100,00</u>	<u>13.800.000</u>

(b) Reserva de capital

A reserva de capital é constituída basicamente com base no disposto da Lei nº 8.200/91 referente aos efeitos da correção monetária do capital, enquanto não capitalizados, que poderá ser utilizado pela Companhia para aumento de capital.

(c) Reserva de lucros

(i) Reserva legal

Composto pela reserva legal, constituída na proporção de 5% do lucro do exercício e limitada a 20% do capital social. Em 2016 e 2017 não houve constituição devido à reserva legal já ter atingido o limite obrigatório.

(ii) Retenção de lucros

Refere-se ao saldo excedente ao dividendo mínimo de 25% do capital social que será proposto e pago no exercício seguinte.

(d) Dividendos

Aos acionistas são destinados dividendos mínimos de 25% do resultado de cada exercício, depois de constituída a reserva legal de 5% do lucro líquido até o limite de 20% do capital social integralizado.

	2017	2016
Dividendo complementar proposto sobre o lucro de 2016	50.264	-
Dividendo mínimo obrigatório	13.862	-
Dividendo complementar proposto sobre o lucro de 2015	-	63.953
Dividendo mínimo obrigatório	-	16.754
	<u>64.126</u>	<u>80.707</u>
Dividendos pagos	20.415	95.992
Dividendos a pagar	53.320	9.610

Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de Abril de 2017, os acionistas aprovaram a destinação proposta pela Administração do lucro do exercício de 2016, o montante de R\$ 67.018 a título de dividendos para pagamento de em 2017 e 2018 e R\$ 159 para reservas.

17. RECEITA

A seguir, a composição da receita operacional bruta:

	2017	2016
Receita operacional bruta		
Publicidade	265.838	262.530
Produção de comerciais	819	1.600
Outras vendas	4.112	3.548
	<u>270.769</u>	<u>267.678</u>
Deduções		
Impostos incidentes sobre vendas e serviços	(14.454)	(14.152)
	<u>(14.454)</u>	<u>(14.152)</u>
Receita operacional líquida	<u>256.315</u>	<u>253.526</u>

18. INFORMAÇÃO SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS RECONHECIDAS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2017	2016
Despesa de pessoal	(74.102)	(85.766)
Serviços prestados por terceiros	(60.135)	(57.189)
Comissões vendas	(29.273)	(32.245)
Depreciação e amortização	(13.656)	(12.984)
Propaganda e publicidade	(6.130)	(6.743)
Despesa com comunicação	(4.550)	(4.402)
Despesa com equipamentos de informática	(2.814)	(3.430)
Recuperação de gastos compartilhados (i)	24.434	30.192
Manutenção predial	(1.080)	(1.833)
Outras despesas	(7.080)	(12.465)
	<u>(174.386)</u>	<u>(186.865)</u>
Custos dos serviços	(115.717)	(123.477)
Com vendas	(32.637)	(33.792)
Gerais e administrativas	(26.032)	(29.596)
	<u>(174.386)</u>	<u>(186.865)</u>

(i) Referem-se ao rateio de despesas do centro de serviços compartilhado entre as empresas ligadas do GRPCOM - Grupo Paranaense de Comunicação, onde os serviços financeiros, contábeis, recursos humanos e algumas despesas de infraestrutura necessárias para o adequado funcionamento das Empresas são rateados.

19. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

A composição de outras receitas (despesas) operacionais é como segue:

	2017	2016
Perdão de dívida da Gazeta do Povo (nota 6)	(14.111)	-
Despesas com provisão para contingências	(357)	(36)
Resultado líquido na alienação do ativo imobilizado	777	705
Outras receitas	172	2.634
	<u>(13.519)</u>	<u>3.303</u>

20. RESULTADO FINANCEIRO

(a) Receitas financeiras

	2017	2016
Juros por aplicações financeiras	3.840	3.437
Juros ativos	1.375	1.184
Varição cambial ativa	25	1.026
Ganhos com derivativos	-	14.667
Outras receitas financeiras	159	1.743
Total de receitas financeiras	<u>5.399</u>	<u>22.057</u>

(b) Despesas financeiras

	2017	2016
Varição cambial passiva	(171)	(15.148)
Juros passivos	(743)	(994)
Encargos s/empréstimos e financiamentos	-	(1.445)
Despesas e tarifas bancárias	(18)	(29)
Outras despesas financeiras	(122)	(985)
Total de despesas financeiras	<u>(1.054)</u>	<u>(18.601)</u>

21. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS E DE CAPITAL

21.1 Gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de riscos, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pela alta administração. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de aplicação de recursos, incluindo depósitos em bancos e aplicações financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros contratados.

O risco de crédito nas atividades operacionais da Companhia é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, os quais são revisados periodicamente. O monitoramento de duplicatas vencidas é realizado prontamente para garantir seu recebimento. Adicionalmente, há análises específicas e normas aprovadas pela administração para a aplicação financeira em instituições financeiras com boas avaliações de rating pelas agências e os tipos de investimentos ofertados no mercado financeiro, buscando uma aplicação de forma conservadora e seguros.

b) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente, para que haja recursos financeiros disponíveis ao devido cumprimento de suas obrigações, substancialmente concentrada nos empréstimos e financiamentos firmados junto a instituições financeiras.

O departamento financeiro monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente às operações da Companhia.

A parcela mais representativa dos instrumentos financeiros passivos venceu em 2015. O empréstimo e o swap contratados tiveram seu último vencimento em março de 2016.

Não há garantias financeiras oferecidas pela Companhia a terceiros.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e os passivos financeiros derivativos que são liquidados em uma base líquida pela Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Juros	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e quatro anos	Acima de quatro anos	Total
Em 31 de dezembro de 2017						
Fornecedores e outras obrigações	-	2.132	-	-	-	2.132
Empréstimos e financiamentos	3,10% a.a	238	84	-	-	322
Em 31 de dezembro de 2016						
Contas a receber de clientes	-	25.885	-	-	-	25.885
Partes relacionadas	-	5.683	-	-	-	5.683
Mútuo	-	-	14.111	-	-	14.111
Fornecedores e outras obrigações	-	1.674	-	-	-	1.674
Empréstimos e financiamentos	3,10% a.a	397	240	83	-	720

c) Risco de mercado

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros e variação cambial que aumentam as despesas financeiras relativas as contas a pagar, empréstimos e fornecedores.

(i) Risco cambial

A Companhia contratou empréstimo em dólar dos Estados Unidos da América, no montante de US\$ 60.420e essa operação foi liquidada em 2016. Não há saldos com risco cambial em 2017.

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

O valor justo é passível de alteração subsequente em função de alterações nas variáveis de mercado em datas posteriores, principalmente, com relação à variação nas taxas de câmbio.

21.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar